

Formação e instrução dos agentes de informação no Brasil dos governos militares

Training and instruction of information agents in Brazil's military governments

Marcia Pereira da Silva¹

marcia.pereira@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0001-6868-2528>

Resumo: Em 1964, uma coligação golpista, cujo grupo de maior visibilidade era o militar, tomou o comando da política brasileira. A partir de então, um complicado esquema de segurança e coleta de informações foi desenvolvido com o intuito de combater os possíveis opositores dos governos militares que se sucederam no país. Este artigo trata da comunidade de informações, no sentido de analisar a formação dos agentes, as instruções que receberam e o conhecimento produzido pela corporação militar para subsidiar os vários cursos que organizaram. As fontes são os materiais produzidos e/ou reunidos pela Escola Nacional de Informações (EsNI) para os seus diferentes treinamentos, disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: autoritarismo, informação, agentes, EsNI, ditadura.

Abstract: In 1964, a coup-plotting alliance, whose most visible group was the military, took command of Brazilian politics. Since then, a complicated security and intelligence-gathering scheme was developed with the aim of combating possible opponents of the military governments that have succeeded one another in the country. This article deals with the information community, in the sense of analyzing the training of agents, the instructions they received, and the knowledge produced by the military corporation to support the various courses they organized. The sources are the materials produced and/or gathered by the National School of Information for its different training courses, available at the National Archive of Rio de Janeiro.

Keywords: authoritarianism, information, agents, National School of Information.

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História. Avenida Eufrásia Monteiro Petráglia, 900, Jd. Doutor Antônio Petráglia, Franca/SP, Brasil]

Introdução

É sabido que as Forças Armadas e os grupos civis que com elas tomaram o comando do Estado brasileiro não formavam uma coalizão homogênea. Várias divisões já foram propostas por diferentes pesquisadores, desde a antiga divisão de “castelistas” e “linha dura” até as análises que agrupavam os militares segundo as funções que desempenhavam e/ou sua formação.

Eliézer Rizzo de Oliveira (1994), por exemplo, destaca a importância vinculada à profissão militar desde o golpe de 1964: a de pensar a comparação pensar a corporação e formar novos e disciplinados membros, a de propor projetos para o Brasil-futuro e a função de instruir os governos militares instituídos, dotando-os de informações suficientes para tomarem decisões e manterem-se no comando da nação.

As funções intelectuais relacionadas à profissão militar resultaram em produção de conhecimento suficiente para dar sentido à dominação castrense do Estado brasileiro.

Este artigo analisa a formação e instrução dos agentes de informação, abarcando os cursos, o treinamento e o conhecimento produzido pela corporação militar sobre como encontrar, investigar, julgar e relatar os possíveis inimigos dos governos autoritários desde 1964 no Brasil. Os cursos e escolas para a formação de agentes de informação buscavam formar ideológica e tecnicamente os responsáveis por fornecer relatórios que subsidiassem os planejamentos de segurança. Uma vez redigidos, esses materiais eram divulgados, de diferentes formas, para policiais civis, militares, e demais membros da sociedade que se empregaram nas várias instituições do período relacionadas à repressão.

No presente texto, a ênfase recai na chamada comunidade de informação que, no Brasil, inspirou-se, em muito, nas concepções norte-americanas de segurança nacional e guerra contra o comunismo. É por isso mesmo que muitas das instruções que serviram de fonte para a pesquisa que deu origem a este artigo são reproduções e/ou adaptações de orientações e publicações norte-americanas.

As fontes são os vários materiais produzidos para os cursos de agentes e as mensagens e comunicações internas que os informaram, em maioria guardados e disponibilizados para pesquisa junto ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Trata-se de documentos do CISA – Centro de Informações de Aeronáutica, manuais intitulados “Concepção política governamental”, documentos de SNI – Sistema Nacional de Informações, Agência Central, orientações do Estado-Maior das Forças Armadas sobre a produção de informações em momento de guerras revolucionárias e documentos da EsNI – Escola Nacional de Informações.

Em termos de procedimento foi preciso tomar de forma conjunta todos os documentos, que mesclam ideologia oficial, concepções pedagógicas e orientações práticas para a ação dos agentes e coleta de informações, e construir nova organização dos dados em quadros e figuras que facilitem a compreensão do leitor não familiarizado com este tipo de documentação. Para a análise das fontes, o texto considera a importância dos conceitos de burocracia e formação de competências técnicas, elemento constitutivo dos regimes autoritários, em termos de disciplina e hierarquia.

No conjunto, esperamos contribuir para a análise do período dos governos militares da perspectiva da organização da dominação castrense.

História e independência da comunidade de informação no Brasil

No decorrer dos governos militares foram aprimorados os mecanismos de repressão, até que a comunidade de informação e a de segurança se tornaram organizações não totalmente subordinadas ao governo central.

Mesmo que alguns estudos tenham tomado as funções de informação e de segurança como parte de um só mecanismo de repressão, sabemos hoje que as instituições destinadas à informação foram pensadas para se tornarem distintas das de segurança, mesmo que em diversas ocasiões elas tenham se confundido. Explica-se: como os grupos no desempenho das diferentes funções que exigem um Estado autoritário, militarizado e burocrático não se entendiam e nem sempre confiavam uns nos outros, chegando até mesmo a se investigarem, as agências de informações chegaram a fazer ações práticas e as de segurança fizeram suas próprias investigações. Ainda assim, nos cursos de formação dos agentes e nas instruções que recebiam as diferenças são bem mais claras.

É chamado de “comunidade/sistema de segurança” todo o aparato montado para prisão, perseguição e desmantelamento da esquerda e de “comunidade de informação” os oficiais, agências e escolas que treinavam pessoal e produziam apostilas para todo tipo de investigação e levantamento de dados durante o período dos governos militares. Segundo Marionilde Brepohl Magalhães (1997, p. 204), a criação da comunidade de informações consolidou um tipo de repressão que se mostrou eficiente: “a repressão preventiva, que consistia na vigilância e controle cotidiano sobre toda a sociedade”.

Para compreendermos a história da informação no Brasil é preciso partir da estrutura que já existia no momento do golpe de 1964. No início do século XX,

segurança e informação eram atribuições do mesmo organismo: o Conselho de Defesa Nacional, criado em 1927 e organizado pelo Decreto nº 23.873, em fevereiro de 1934:

Art. 1º O Conselho da Defesa Nacional, criado pelo decreto n. 17.999, de 29 de novembro de 1927, tem por fim proporcionar ao Governo os elementos necessários para que este possa resolver do melhor modo as questões relativas à defesa nacional, cabendo-lhe principalmente resolver as questões que interessam ou exigem a ação de mais de um ministério (Brasil, 1934).

Junto ao Conselho de Defesa Nacional, e para compô-lo, foram criadas a Comissão de Estudos da Defesa Nacional, a Secretaria-Geral da Defesa Nacional e as Secções da Defesa Nacional (uma em cada Ministério).

Mais tarde, a Constituição de 1934, no título VI da Segurança Nacional, falou de um novo órgão – o Conselho Superior de Segurança Nacional:

Art. 159. Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender às necessidades da mobilização. § 1º O conselho Superior de Segurança Nacional será presidido pelo Presidente da República e dele farão parte os Ministros de Estado, o Chefe do Estado Maior do Exército e o Chefe do Estado Maior da Armada (Campanhole, 2000, p. 703-704).

Compreendia-se que a identificação do inimigo e a formulação do planejamento de segurança e defesa eram primordiais. Depois cabia ao Presidente tornar a decisão necessária e acionar a polícia militar ou as Forças Armadas. Posteriormente, o artigo 162 da Constituição de 1937 criou o Conselho de Segurança Nacional (CSN) no lugar do Conselho anterior, mas manteve seu objetivo de estudar e planejar as questões relativas à segurança nacional.

Assim, o CSN já estava estabelecido por ocasião do golpe de 1964, mas não era considerado suficientemente organizado para responder às necessidades do novo governo: era preciso aprimorá-lo, na visão da coligação responsável pela tomada autoritária do Estado.

Na prática, o primeiro acontecimento a dar origem à separação/independência da comunidade de informação e segurança data do período dos primeiros IPMs – Inquéritos Policiais Militares contra subversivos da ordem. No início de 1964, ainda sob a administração do “Comando Supremo da Revolução”, duas leis – o Ato do “Comando Supremo da Revolução nº 9” e a Portaria nº 1 – estabeleceram a instalação

dos IPMs e deram poder aos deles encarregados de delegar funções, bem como solucionar ações e/ou informações de outras esferas administrativas do Estado. Dois dias depois, em 09 de abril de 1964, o AI-1 deu ao Presidente o poder de promover punições. E assim foi criado o monstro: gozando de prerrogativas presidenciais, oficiais encarregados dos inquéritos deram forma à ala mais radical da nossa cultura política (Fico, 2001).

Os primeiros IPMs evidenciavam a necessidade de reorganizar o sistema de segurança e o de informação. Mas não foi tão simples. Os militares que assumiram a coligação golpista tinham muitos adeptos – membros da sociedade civil conservadora, industriais e classes privilegiadas cujos interesses econômicos se alinhavam com os EUA e todo tipo de oponente do governo de João Goulart que caiu no discurso da transitoriedade dos militares no poder, incluindo os que esperavam ocupar eles mesmos os principais cargos da República e estavam preparados para um certo enfrentamento quando da dominação do Estado. A variedade da coligação golpista significava muitos interesses para serem conciliados. Além disso, havia ainda a diversidade da tessitura social e a complexidade da oposição que, aos olhos dos militares, estava diluída demais entre a sociedade, sem comando e não facilmente identificável, o que exigiria a formação de agências de investigação de tipos variados. Exatamente pela necessidade de organização contra o inimigo interno, os militares enquanto governo permitiram e incentivaram a formação de um grupo especializado em segurança que desempenhasse a função intelectual de pensar a informação e sua difusão em benefício do governo instituído.

No dia 11 de maio de 1964, o então Presidente da República do Brasil, Humberto de Alencar Castelo Branco, em nome do Poder Executivo, enviou para o Congresso Nacional “Mensagem de Apresentação” e “Projeto de Lei para a Criação do SNI” (ANRJ, Criação do Serviço Nacional de Informações e seus órgãos, p. 8-10).

Na mensagem, o Executivo argumentava que o país dispunha, até aquele momento, de pequeno grupo de profissionais para levantar, produzir e/ou avaliar informações seguras para subsidiar as decisões do Estado, inclusive em relação à segurança nacional. Até então, o Conselho de Segurança Nacional tinha uma Seção da Secretaria-Geral que incorporava um “Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI)”. Nessa estrutura, o órgão não tinha autonomia, autoridade, relações com altos escalões do governo, pessoal e estruturas suficientes para desempenhar suas funções. Na nova proposta, o SFICI seria incorporado pelo SNI, transformando-se em “Secretaria imediata do Presidente” em assuntos relativos à informação. Assim,

o SNI ficaria, ainda segundo a mensagem presidencial, no mesmo nível dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República (ANRJ, Criação do Serviço Nacional de Informações e seus órgãos, p. 8-9).

A intenção de diferenciar informação de segurança já estava marcada na mensagem presidencial ao Congresso de 11 de maio de 1964 sobre a criação do SNI, que deixava claro que os serviços de informação não deveriam se confundir com os de segurança.

O Serviço Nacional de Informações era composto por um chefe civil ou militar (de confiança do Presidente, mas aprovado pelo Senado Federal), uma Agência Central no Distrito Federal e agências regionais (a da Guanabara, por exemplo, incorporou o SFICI). O efetivo dos funcionários era proveniente dos Ministérios e de outros órgãos dependentes do Poder Executivo “mediante requisição do Chefe do Serviço” ou admitido “na forma do artigo 23 da Lei nº 3780, de 12 de julho de 1960”:

Art.

*23. O Serviço civil do Poder Executivo será atendido:
I - quando se trate de atividade permanente da administração, por funcionários;*

II - quando se trate de atividade transitória ou eventual:

a) por pessoal temporário admitido à conta de dotação global, recurso próprio do serviço ou fundo especial criado em lei;

b) por pessoal de obras admitido para realização de obras públicas, durante sua execução (Brasil, 1960).

Em 10 de dezembro de 1964 foi aprovado o Regulamento do SNI (para estrutura e composição do Serviço Nacional de Informações, ver Figura 1).

Segundo o Decreto nº 55.194, de 10 de dezembro de 1964, cabia ao SNI a coordenação geral de todo o levantamento, produção, processamento, integração, avaliação, difusão e arquivamento das informações, o que deveria subsidiar a elaboração do “Planejamento de Informações Estratégicas, Planejamento de Informações de Segurança Interna e Planejamento de Contrainformação” (Brasil, 1964).

Uma vez estabelecidas as funções do SNI, era preciso colocá-lo em funcionamento. Já havia conhecimento produzido sobre estratégias, informações de segurança interna, contrainformação, mas não condensadas o suficiente para dar início aos cursos e treinamentos. Então,

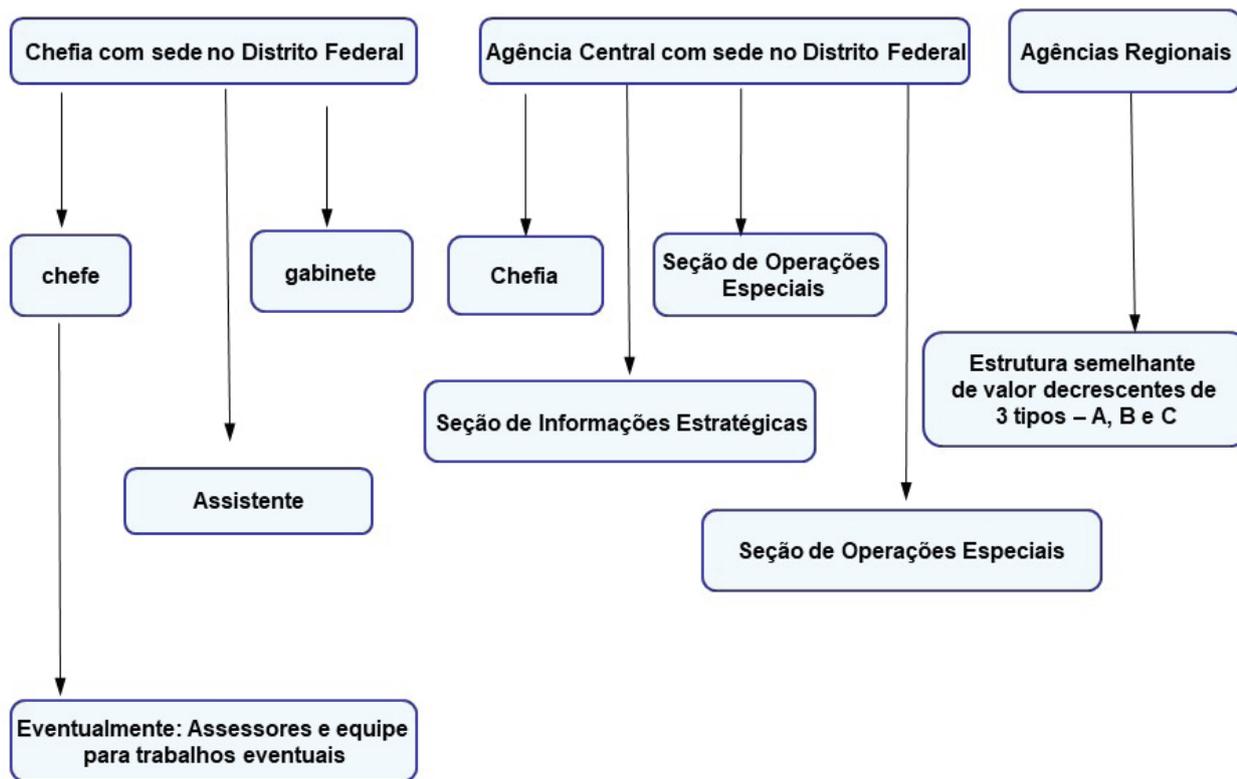


Figura 1. Constituição do Serviço Nacional de Informações

Fonte: Esquema feito a partir da Apostila da EsNI. ANRJ. Criação do Serviço Nacional de Informações e seus órgãos – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código V.8.txt.AGR.NRE.73, p. 48.

foi preciso reunir material da Escola das Américas², da Escola Superior de Guerra³ e das adaptações já realizadas na escritura da DSN⁴ brasileira.

A partir do SNI foram criados vários órgãos de informação no Brasil, muitos deles relacionados a grupos da comunidade de segurança, ou seja, agentes especializados em fazer das informações ações de repressão e eliminação dos então considerados subversivos. O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado em 02 de maio de 1967. Em julho de 1967 foram remodeladas as antigas seções de segurança nacional dos Ministérios Civis que se transformaram nas DSIs – Divisões de Segurança e Informações. Elas estavam integradas ao SNI e tinham células em todos os ministérios civis. Simultaneamente foram criadas as ASIs – Assessorias de Segurança e Informações, exercidas por oficiais de reserva. Como em cada ministério poderia haver várias ASIs, além de uma DSI, ficou significativamente forte a rede de informações, influência e comando do SNI. Além do CIE, havia o serviço secreto das outras duas Forças (CIE-Exército, CENIMAR-Marinha, CISA-Aeronáutica), uma parte da Polícia Federal, a Comissão Geral de Investigações (CGI), as Delegacias estaduais de Ordem Política e Social (DOPS), as segundas seções das unidades militares e os grupos encarregados dos serviços de informações dos policiais militares. A todo esse complexo chamou-se SISNIT – Sistema Nacional de Informações, também conhecido como Comunidade de Informações (Figueiredo, 2005; Fico, 2001).

Na opinião de Lucas Figueiredo (2005, p. 154), a criação de todos esses organismos sociais significou a formação da comunidade de informações, definida pelo autor como “um vigoroso conjunto de órgãos dedicados a identificar e aniquilar os inimigos do governo”.

Em artigo sobre a comunidade de informações, Marionilde Brepohl Magalhães (1997, p. 2) expôs a hierarquia das funções daqueles que trabalhavam com informações:

*No topo da pirâmide situava-se o presidente da República e, como seu staff para assuntos de segurança, o Conselho de Segurança Nacional e a equipe executiva do SNI. [...] Para assessorá-los, contrataram-se **analistas de informações**, concebidos como a elite do sistema. [...] No estrato intermediário situava-se o interrogador, função que se dividia em duas atividades: a de responsável direto pelos interrogatórios e a de monitor. [...] Abaixo dos interrogadores, com uma formação menos especializada, estavam os captores – policiais responsáveis pelo aprisionamento dos suspeitos –, o pessoal administrativo e o de carceragem. Em paralelo a estas atividades, e exercendo um maior ou menor poder de influência sobre aqueles, estavam os informantes.*

A grande quantidade de agências de informações obviamente exigia muitos profissionais formados e treinados. Essa necessidade resultou na emergência da criação de uma escola de formação de agentes que reunisse o conhecimento já produzido, criasse estratégias adaptadas para o Brasil e garantisse a qualidade do serviço no sentido da investigação, produção, verificação e divulgação de relatórios que fornecessem subsídios para a tomada das decisões governamentais e a ação da repressão. A resposta foi a criação da Escola Nacional de Informações.

A EsNI e a formação dos agentes de informações brasileiros

A Escola Nacional de Informações foi criada em 31 de março de 1971 com a finalidade de produção de conhecimento sobre o trabalho com informação no Brasil e o treinamento de agentes e pessoal para esse serviço. Afinal, acreditava o governo que “um serviço de informações eficiente e eficaz não seria alcançado sem profissionalização, a qual não poderia dispensar o devido treinamento e a formação doutrinária daqueles que deveriam exercer a atividade ou mesmo dos que se beneficiariam dela” (Gonçalves, 2008, p. 509).

² A “School of the Americas”, ou Escola das Américas, foi fundada no ano de 1916 com o nome de Centro de Adestramento Latino-americano – Divisão da Terra” com o objetivo de oferecer treinamento e manter cooperação militar entre países da América Latina, segundo os princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Funcionou no Panamá, mantida e organizada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com o discurso de que atuava em prol da democracia, enquanto, na verdade, pautava-se na formulação de uma política militar de combate ao comunismo e movimentos sociais tidos como de esquerda no período da guerra fria (Comblin, 1978).

³ Criada e organizada nos anos de 1948 e 1949 com o apoio norte-americano, a Escola Superior de Guerra objetivava socializar as elites brasileiras civis e militares, e divulgar suas concepções de mundo e projetos para o Brasil, no sentido liberal-conservador. A ESG era parte do Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA (futuro Ministério da Defesa), ligado diretamente à Presidência da República. Pouco depois apareceu a ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, responsáveis por publicações periódicas que também cumpriam o papel de difusão da ideologia da ESG. Foram quatro os cursos regulares oferecidos pela ESG desde a sua criação até a década de 1970: o Curso Superior de Guerra, o Curso de Comando e Estado-Maior, o Curso de Mobilização e o Curso de Informações. Nos anos 70, a ESG passou a oferecer apenas o primeiro, aberto a civis e militares, e o segundo, restrito a militares. Esses tinham duração de um ano letivo e funcionavam em tempo integral. Os Cursos de Mobilização e de Informação passaram a ser ministrados pela Escola Nacional de Informações, e a ESG acrescentou ao seu cardápio dois outros tipos de cursos: cursos de atualização, realizados por correspondências e destinados à “atualização doutrinária” dos ex-estagiários (denominação de ex-alunos), e cursos de extensão, pensados em ciclos de palestras sobre um tema específico (Barros e Chaves, 2001, p. 2019).

⁴ A Doutrina de Segurança Nacional é um conjunto de ideias que se pretendem guia para a defesa dos valores ocidentais. Criada nos EUA no período da guerra fria, e depois de os EUA abandonarem o isolamento expresso na Doutrina Monroe, o que chama a atenção é a defesa de uma espécie de guerra permanente contra o comunismo e/ou qualquer ideia que fosse considerada contrária às concepções de sociedade e desenvolvimento ocidentais. Com os anos, a DSN foi adaptada aos demais países da América Latina por autores nacionais (Borges, 2004).

A EsNI acabou reunindo o que já se tinha disponível sobre Informação no Brasil, o que conseguiu encontrar no exterior e produziu Manuais e Instruções para ensino sobre inteligência e produção de informações.⁵

Os cursos e instruções produzidos foram informados, obviamente, pelas concepções e ideologias oficiais do período, das quais se destaca a ênfase na burocracia.

A burocracia tem se constituído, através dos tempos, enquanto mecanismo de controle adotado pelo Estado que se pretende hegemônico, criador de comportamentos político-sociais de certa forma homogêneos, mas que não consegue eliminar a diversidade da tessitura social. A dilatação da burocracia é normalmente verificada em Estados antagonicos, como é o caso da dicotomia “direita X esquerda” do período dos governos militares, servindo de instrumento de controle e poder, bem como de alienação.⁶

Sobre as características da burocracia, Max Weber (1974) fez três importantes observações que se relacionam com o presente texto. A primeira diz respeito às distribuições das funções regulares necessárias à manutenção do próprio Estado de “forma fixa como deveres oficiais”. Nesse sentido, compreende-se que os cursos para agentes de informação e o conhecimento produzido para subsidiá-los foram capazes de criar rotina de investigação, produção e circulação de informações de forma a oficializar procedimentos. O segundo elemento, ou seja, a distribuição estável da autoridade de ordenar os deveres oficiais, está explicitado na extrema delimitação e divisão de funções dos agentes de produção da informação e na hierarquia das funções. Explica-se: um agente qualifica a informação obtida e passa a outro, que remete as suas observações a outro e assim por diante, até que variadas agências da repressão tenham o mesmo relatório, muitas vezes duplicado à exaustão. Por fim, o terceiro elemento fala da necessidade de as pessoas empregadas em funções essenciais para a manutenção da burocracia serem qualificadas segundo regulamento. E assim foram organizados os cursos dos agentes de informação, sempre no sentido de formar o burocrata que desempenharia a função de modo similar a todos os outros formados e empregados na mesma função. Esse conjunto de elementos, ainda segundo Weber, formam o aparato burocrático do Estado que atua a seu serviço, sem muita chance desse grupo de pessoas se tornarem coesas no sentido de tomarem o poder daqueles que o comandam, fechando o ciclo da manutenção dos poderes instituídos através da alienação (Weber, 1974, p. 229).

Na visão de Max Weber (1974, p. 231), a administração burocrática tende a ser especializada, ou pelo menos se define como tal, pressupondo treinamentos minuciosos, o que poderia explicar as sucessivas caracterizações e julgamentos das informações que, no limite, só se justificam pela sua própria produção, uma vez que dificilmente poderiam embasar decisões lúcidas. No mesmo sentido, Maurício Tragtenberg (2006, p. 143), ao tratar da burocracia e dos tipos de dominação weberianos, lembra da importância do conceito de ação social significativa, no sentido de que “mesmo as formações como Estado, empresa ou sociedade anônima aparecem”, para Weber, “como produto de entidades individuais, ou melhor, são palcos onde se define a ação de uns quantos sujeitos”. Esses sujeitos são informados pela ciência e pela própria História sobre como eleger os meios para alcançar quaisquer fins. Assim, a razão aproxima-se da técnica, e sua aplicação, tomada pelos governos autoritários como a necessidade de criar o agente/investigador produtivo e altamente capacitado, resultou na criação de uma série de procedimentos, baseados em sucessivas letras e números que pretendiam avaliar os graus de ameaça que pessoas e ações representavam para os poderes então instituídos, cujos resultados foram inexistentes, a não ser para justificar a própria existência dessa rede de investigação.

A formação dos agentes foi compreendida enquanto treinamento, uma espécie de repetição levada à exaustão até que fosse internalizada e percebida como lógica. Aliás, a confusão entre treinamento, operacionalização de conceitos básicos e educação foi a tônica da política educacional do período.

Mesmo não sendo objetivo do presente texto tratar de concepções pedagógicas, parece-nos importante apontar para a reflexão de que se educam agentes para transformá-los em peritos da investigação da mesma forma que se pretendia fazê-lo nas escolas em nome de garantir “o brasileiro ideal”. Disciplina, repetição e obediência fizeram parte da formação dos militares, como faziam dos agentes e como as políticas educacionais oficiais do período pretendiam fazer nos diferentes graus do ensino no Brasil.

A chegada do período militar trouxe consigo o lema “segurança e desenvolvimento”. O objetivo primeiro do governo orientado por esse lema era o desenvolvimento econômico com segurança e, diante disso, o nível baixo de produtividade do sistema escolar daquele momento foi considerado um dos grandes impedimentos para o progresso da política militar. Para um crescimen-

⁵ Muitos dos documentos relacionados aos órgãos e cursos de informações hoje estão disponibilizados para pesquisa no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Dos documentos que integram o acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro constam várias instruções do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Escola Nacional de Informações, apostilas tratando de concepções políticas e de desenvolvimento do Brasil baseadas na Doutrina de Segurança Nacional e nos escritos de Golbery do Couto e Silva e uma série de Manuais recebidos dos EUA, ou copiados e/ou traduzidos da Escola das Américas.

⁶ Para livro introdutório sobre burocracia ver: Motta, 2000.

to econômico objetivado pelo Estado, o Brasil assistiu à abertura do mercado para empresas internacionais, principalmente norte-americanas, fato este que gerou uma demanda de mão de obra especializada que, em conjunto com a meta de progressão da produtividade do sistema escolar, acabou por difundir concepções relacionadas à organização racional do trabalho (estilo fordista) de modo sistêmico ao controle do comportamento (behaviorismo). No âmbito da educação, pode-se dizer que esses aspectos configuraram uma inclinação a que chamamos de “educação tecnicista”.

[...] a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. Se no artesanato o trabalho era subjetivo, isto é, os instrumentos de trabalho eram dispostos em função do trabalhador e este dispunha deles segundo seus desígnios, na produção fabril essa relação é invertida. Aqui, é o trabalhador que se deve adaptar ao processo de trabalho, já que este foi objetivado e organizado na forma parcelada. Nessas condições, o trabalhador ocupa seu posto na linha de montagem e executa determinada parcela do trabalho necessário para produzir determinados objetivos. O produto é, pois, uma decorrência da forma como é organizado o processo. O concurso das ações de diferentes sujeitos produz assim um resultado com o qual nenhum dos sujeitos se identifica e que, ao contrário, lhes é estranho (Saviani, 2010, p. 381-382).

A mesma ênfase operacional entendida como essencial ao ensino de modo geral foi aplicada ao curso de formação de agentes, do mesmo modo que a adoção de princípios generalistas, que desconsideravam a realidade de cada região quanto ao conteúdo e metodologias de ensino, como o autoritarismo e o patriotismo, compôs o ideal de educação, desde a formação destinada às crianças até a de agentes da informação.

Os documentos relativos aos cursos revelam as percepções de mundo dos instrutores e agentes da chamada Inteligência e Informação no Brasil e o conhecimento acumulado e/ou produzido pela comunidade de Informação que, no limite, objetivava organizar a segurança nacional e fornecer subsídios para a administração pública, no sentido da preservação da ordem e dos valores eleitos para o país pela elite que compôs a coligação para o Golpe de 1964. No conjunto, os cursos são formados por quatro etapas: a) Introdução dos conceitos gerais sobre “informação” e sua importância; b) Produção das informações; c) Processamento das informações; e d) Difusão de informações.

a) Sobre conceitos de “informações”, seus tipos e importância

Inicialmente, o instrutor da EsNI começava com um grande preâmbulo que defendia a necessidade do sistema de informações para a segurança e desenvolvimento do Brasil. Essa primeira seção, instrução ou capítulo da apostila, digamos assim, dedicava-se a refletir sobre a importância da informação para quaisquer tipos de poderes e governos, a defender a legitimidade do uso sistemático dela contra eventuais adversários e a “nobreza” de caráter daqueles que se especializam no assunto e pela informação se sacrificam em nome da segurança da nação. A defesa da existência e importância das agências de informação possivelmente se deve ao crescimento da luta armada e ao aumento da comunidade de informações, ou ainda ao fato de que houve no Brasil a vontade de organizar o sistema de repressão para além da imprecisão das ações dos primeiros anos.

Voltemos ao documento. Em primeiro lugar, a informação é, no documento, associada à própria sobrevivência: “A história, desde a Antiguidade até os nossos dias, está repleta de casos em que o homem passou a utilizar-se de Informação para conhecer suas possibilidades e as do adversário, a fim de poder enfrentá-lo com vantagem” (ANRJ, Nota de serviço 2, p. 2).

O texto segue apontando momentos históricos em que a informação foi “sistematicamente utilizada” por líderes políticos ou religiosos. Na Antiguidade, as referências são sobre a Índia e a China (destacando o que os militares chamam de culturas milenares diferentes da ocidental) e, posteriormente, Moisés, com várias citações bíblicas. A argumentação vai, obviamente, no sentido de que a informação é imprescindível para o combate do mal. Na Idade Média, o texto lança mão de dois tipos de personagens marcados no imaginário por honra – os cavaleiros a serviço da proteção do Rei – e força – “Gengis Kan”. Na Idade Moderna, os destaques vão para a Inglaterra, país geopolítica e economicamente mais reconhecido no período. Na contemporaneidade, os exemplos são do uso de informações para o desempenho militar da França de Napoleão Bonaparte, da Rússia de Stalin, da Alemanha e dos EUA. No final, o texto afirma que o Brasil deveria seguir os exemplos mencionados e conclui:

Em um país como o Brasil, de vasta extensão territorial, onde as regiões sul, centro, nordeste e norte apresentam entre si, condições geopolíticas, econômicas e culturais tão diferentes, é indispensável que o Governo fique informado com oportunidade sobre os fatos que ocorrem, particularmente, quanto às suas causas e consequências (ANRJ, Nota de serviço 2, p. 10).

Depois de tratar da importância da informação, o material segue diferenciando o que são informes do que é informação. Informe é definido como uma observação que esclarece sobre um determinado assunto, mas de maneira isolada e, muitas vezes, provisória. Já a informação é constituída do trabalho inteligente que se debruça sobre vários informes e produz uma série lógica de observações que “representará a verdade” e fornecerá subsídios para a ação sistemática contra os inimigos. Sobre a informação ensinava o material do Curso da EsNI: “É o produto (a informação) acabado que representa a expressão pura e simples da verdade, resultante de um processo de elaboração mental” (ANRJ, Nota de serviço 2, p. 11).

b) Produção das informações

Na etapa de produção das informações, a EsNI divulgava oito princípios que, se seguidos, garantiriam a produção de relatórios de ação capazes de garantir a segu-

rança nacional. Trata-se dos princípios da objetividade, da oportunidade, da segurança, da clareza, da simplicidade, do controle, da amplitude e da imparcialidade.

Os princípios da objetividade, da oportunidade, da clareza e da simplicidade falavam da utilidade da informação, que deve ser voltada para as questões fundamentais/essenciais do Estado, e da forma da escrita, “sem firulas” e com clareza suficiente para que oficiais de diferentes patentes e civis interessados no desenvolvimento do país entendessem.

É interessante notar como os oficiais da inteligência partem do princípio de que estão melhor preparados do que outros oficiais do governo e em relação à população em geral em termos de comunicação (escrita e fala) e de percepção da política e da história. A Instrução caminha no sentido de que os oficiais da informação, ao produzi-la, devem simplificar ao máximo o relatório para que as demais repartições do governo o entendam. Os mesmos não notaram como são mal escritas as instruções que

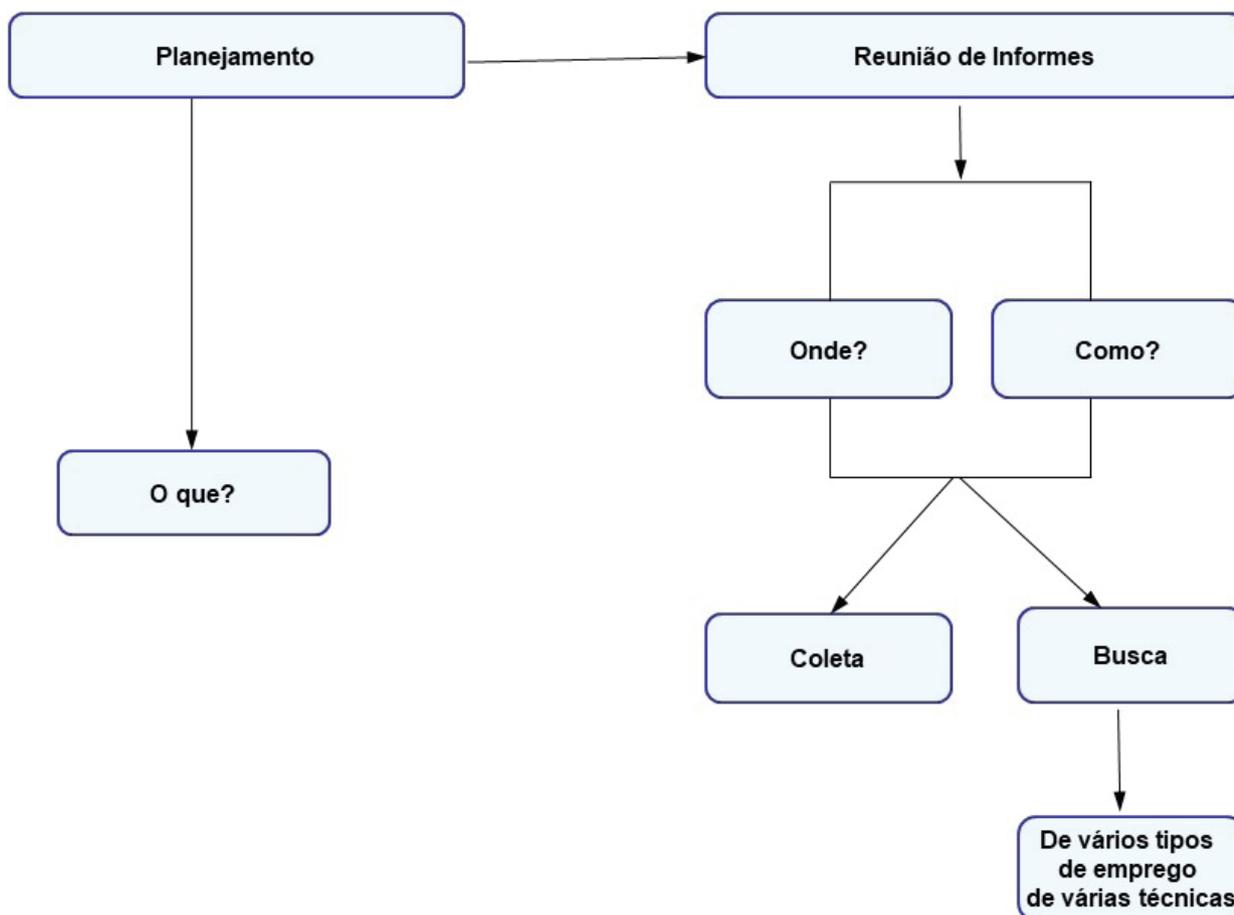


Figura 2. Padronização da produção da informação

Fonte: Esquema feito a partir da análise das instruções da EsNI. ANRJ. Instruções da EsNI – Planejamento – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código LGS.5, p. 50-63.

escreveram, com argumentos simplistas, repetitivos e inúmeros erros no uso da língua.

O princípio de segurança diz respeito ao sigilo do material produzido, para que somente o pessoal necessário saiba das observações pertinentes a cada função, evitando que o inimigo, especialmente o infiltrado, se antecipe às ações do governo. O princípio do controle, ligado ao da segurança, explica por que a informação deve ser dosada do mais alto escalão para os menores, reconhecendo a hierarquia.

Os dois últimos princípios, o da amplitude e o da imparcialidade, abordam a necessidade de colher informes nos mais diferentes lugares para a produção da Informação, evitando sempre “juízo de valor pessoal”.

Ensinados os princípios que os agentes deveriam seguir na produção das informações, passava-se às cinco fases práticas da escrita delas: primeiramente definia-se o que se quer saber; depois decidia-se onde procurar os esclarecimentos sobre o que ou quem se queria saber; posteriormente planejava-se como obter tais esclarecimentos; enfim, colhiam-se os informes e passava-se para a fase de processamento (ver Figura 2 para resumo da fase de produção da informação).

c) *Processamento das informações*

Uma vez coletados os dados, passava-se à fase de processamento. Nesta fase, o analista trabalhava com os informes levantados e construía relatório lógico que seria disponibilizado. Era nessa fase que a capacidade de análise, avaliação e “integração de dados” era exigida do profissional que, segundo o Manual, era treinado para “abrir mão” do que pensava para encontrar a “verdade” (para esquema resumido da fase do processamento, ver Figura 3)

Como na fase anterior, a da produção da informação, o agente contava com dados coletados através de investigações que ele mesmo realizava, com informações que recebera de terceiros e com relatórios sobre fatos e pessoas semelhantes já produzidos por outros órgãos do governo. Era fundamental que ele fosse capaz de julgar a quantidade e veracidade de todo o material produzido antes de escrever os relatórios. Assim, para processar as informações o agente deveria identificar a fonte do informe segundo sua idoneidade para, posteriormente, classificar a possível veracidade do conteúdo.

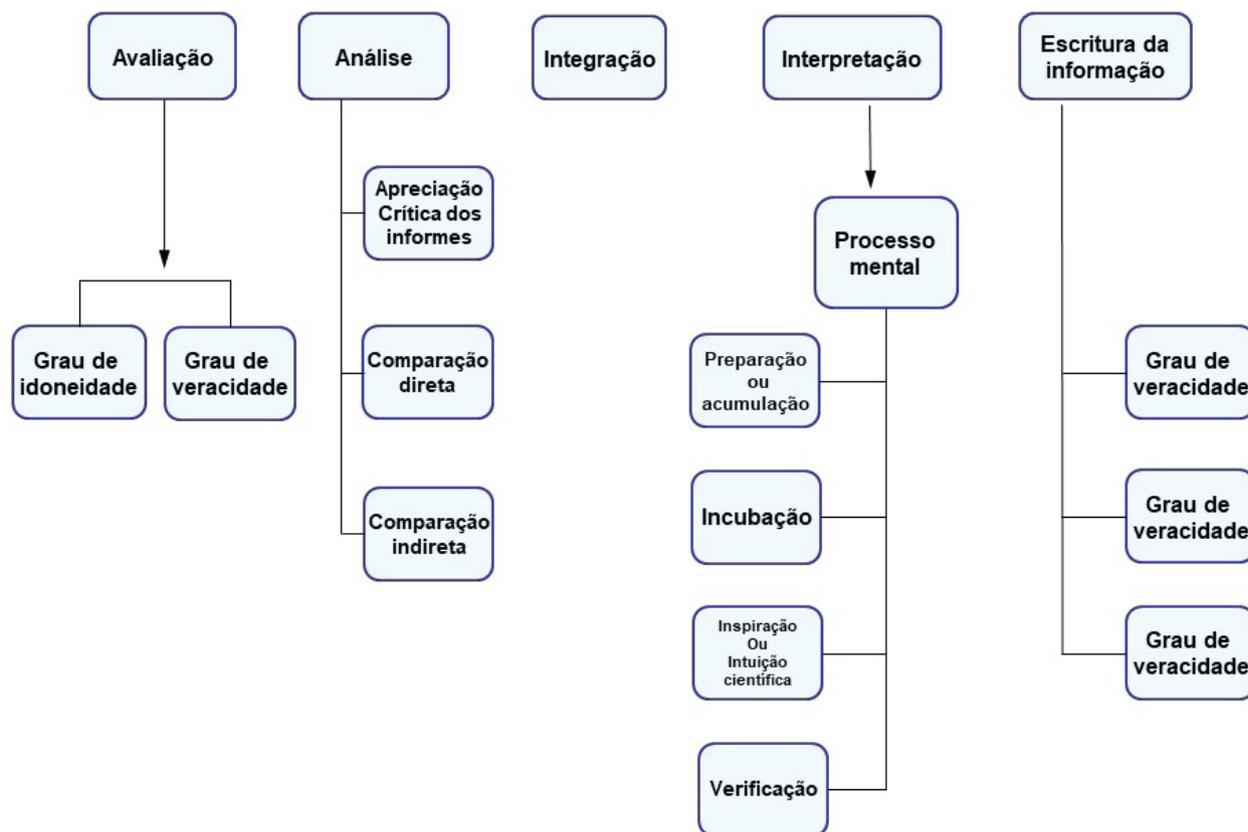


Figura 3: Padronização da produção da informação – fases do processamento

Fonte: Esquema feito a partir da análise das instruções da EsNI. ANRJ. Instruções da EsNI – Processamento de Informes – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código LGS.5, p. 69-102.

O primeiro passo é o julgamento da “idoneidade da fonte” por meio de três critérios instituídos por várias perguntas:

a) Critério de autenticidade: A origem do informe é “desconhecida” ou “precisada”? O meio de obtenção do informe foi pelo “contato direto”, pela “observação” ou é “desconhecida”?

b) Critério da confiança: A fonte é “leal” ou “desleal” ou é “desconhecida”? A motivação da fonte para dar a informação foi “vingança”, “ambição política”, “para obter vantagem”, “desmoralizar órgão público ou pessoa”, para “colaborar” ou “desconhecido”?

c) Critério de competência: A fonte tem capacidade de “falar sobre o que falou”? Ela “recebeu treinamento para avaliar situações, grupos e a sociedade em geral”? Qual o “grau de instrução da fonte”? A fonte “poderia estar falando dessa maneira ou parece treinado pelo inimigo para dar informações falsas”? (ANRJ, Processamento de informes, p. 72).

Após responder todas as perguntas mencionadas anteriormente, o agente deveria estabelecer uma letra para identificar a idoneidade da fonte, segundo as referências do Quadro 1.

Vejamos um exemplo de avaliação para um fato levantado em uma sessão de interrogatório utilizado no próprio curso da EsNI:

Fato: local de um aparelho de uma organização de esquerda

Autenticidade: Origem da fonte – Precisada / Meio de Obtenção – Contato Direto

Confiança: Lealdade – Desconhecida / Motivação – Desconhecida

Competência: Capacidade de Obtenção – tem capacidade / Treinamento – recebeu / Grau de Instrução – coerente com o depoimento.

Para o critério “autenticidade”, as duas respostas foram positivas. Como possivelmente fora obtido por meio de tortura, tinha-se certeza da pessoa da qual vinham as informações e o contato daquele que escreveu o relatório com o informante foi, obviamente, direto. Quanto ao segundo critério, da “confiança”, a lealdade era desconhecida (porque não se tinha certeza do quanto as pessoas eram capazes de mentir em situação de dor) e a motivação também foi registrada como desconhecida, provavelmente porque não era prudente registrar “tortura”. Para o critério da “competência” as respostas também foram positivas, já que o guerrilheiro estava apto a falar sobre a guerrilha. Assim, a fonte que revelou a localização dos aparelhos foi considerada “idônea” porque houve dúvida em apenas um dos critérios.

Todo o procedimento descrito até aqui diz respeito ao trabalho de julgamento da fonte dos informes. O passo posterior seria a avaliação da informação dada por cada fonte, etapa para qual o agente deveria responder várias outras perguntas, muito semelhantes às utilizadas

Quadro 1. Conceito para julgamento da idoneidade das fontes dos informes

Fonte: Esquema feito a partir da análise das instruções da EsNI. ANRJ. Instruções da EsNI – Processamento de Informes – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código LGS.5, p. 69-102.

IDONEIDADE DA FONTE		CÓDIGO
AUTENTICIDADE CONFIANÇA COMPETÊNCIA	não há dúvida	A – Absolutamente idônea
AUTENTICIDADE CONFIANÇA COMPETÊNCIA	não há dúvida alguma dúvida em um dos atributos	B – Idônea
AUTENTICIDADE CONFIANÇA COMPETÊNCIA	não há dúvida há considerável dúvida em um ou em dois atributos	C – Razoavelmente idônea
AUTENTICIDADE CONFIANÇA COMPETÊNCIA	experiência anterior faz duvidar de todos os três atributos	D – Nem sempre idônea
AUTENTICIDADE CONFIANÇA COMPETÊNCIA	Informes anteriores completamente falsos ou deliberadamente falsos ou, ainda, falta comprovada de dois atributos	E – Inidônea
AUTENTICIDADE CONFIANÇA COMPETÊNCIA	fonte desconhecida ou falta de elementos para avaliar os três atributos	F – Não pode ser julgada

anteriormente para julgamento das fontes até ser capaz de classificá-la com a numeração de 1 a 6, segundo a veracidade, sendo: 1. Confirmado por outros informes; 2. Provavelmente verdadeiro; 3. Possivelmente verdadeiro; 4. Duvidoso; 5. Provavelmente falso; 6. Não pode ser julgado.

Ao final do processo, que obviamente demorava meses, a notação D1, por exemplo, significava que, embora o informante não fosse confiável, a informação era verdadeira porque já tinha aparecido em várias outras ocasiões. É claro que o explicado até aqui não foi o único sistema de avaliação e códigos produzidos para os cursos da EsNI. Nos inúmeros relatórios produzidos sobre todos, tudo e qualquer coisa é possível encontrar informações avaliadas por uma sequência de números e letras que ocupavam toda uma linha. Com alguma certeza podemos concluir que quem recebia a informação, depois de processada, não fazia a menor ideia do que significava tudo aquilo.

d) Difusão das informações

A última fase do processo, após a produção e o processamento das informações, era da difusão, etapa que encerrava a atividade da informação e o trabalho que cabia a qualquer agência de inteligência; afinal, como ensinava a instrução, “as decisões ou providências que delas [da informação] resultassem eram da competência dos utilizadores”, que podiam reabrir o processo das informações se precisassem de mais dados (ANRJ, Nota de serviço 2, p. 13). De todo modo, os profissionais da inteligência e das informações não deviam, segundo os Manuais e instruções da EsNI, comprometer-se com a ação do cliente depois da produção da informação.

O cliente era aquele que encomendava a informação/investigação. As comunicações eram divididas em oficiais e clandestinas.

Informações oficiais eram os relatórios produzidos pelas agências de informações sobre questões já bastante conhecidas por diferentes escalões do governo, necessitando as mesmas de responsabilidade, mas não de sigilo completo no momento da difusão. Já as clandestinas deveriam, segundo a EsNI, serem alvo de mais cuidado. As instruções, então utilizadas como material dos cursos da EsNI, seguiam explicando como escolher o meio mais adequado de difusão para cada tipo de conteúdo, “entre contato pessoal, mensageiro, correio, elétricos, radioelétrico, eletrônicos, receptáculos, artifícios vários, óticos)” (ANRJ, Segurança das Informações, p. 3-6.).

“Com a difusão terminam as atribuições dos que se dedicam às atividades de informações”, e também a parte

teórica dos cursos da EsNI. Depois vinham uma série de exercícios de fixação do então considerado “conteúdo apreendido”.⁷

. Uma vez produzida a informação, esta era enviada primeiro ao cliente, mas em seguida a todos que pudessem complementá-la. Essa nova informação (acrescida ou não de alguma coisa) era novamente encaminhada a outra agência de informação que começava a encaminhá-la para todos novamente e assim por diante.

Vejam os dois exemplos. O primeiro refere-se ao MR-8 e o segundo ao governo de Leonel Brizola.

O III COMAR – Ministério da Aeronáutica divulgou, no ano de 1983, Informação classificada como A1, cuja origem era o CIE e que já tinha tido difusão anterior para AC/SNI, CIM, CI/DPF, COMAR I, II, III, IV, V, VI e Nicomar VII. A Informação era sobre estudantes do estado de Pernambuco escrevendo jornais, aliciando militantes para a guerrilha e preparando comemorações do dia 1º de maio. Dessa vez a difusão foi para BAAF, BAGL, BASC, COMTA, COMGAP, COMGEP, COMAT, DIRMA, DIRAP, DEPV, DIRENG, DIRENS, ECEMAR, EPCAR, GAP/AF-RJ, HAC, HAAF, HFAG, PAMB, PAME, PAMA/AF-CL-LS, PIPAR, PREFAER/AF-GL, 3º. ETA/RJ, CENDOC, CEMAL, DCI, DIRINT, DIRSA, DARJ, LOFA/GL, 2º. ELO/ES, CIGAR, SRPV/RJ, FAT II, V FATA, DEPAC (ANRJ, Informe 062 do Ministério da Aeronáutica, p. 2).

Significativa divulgação mereceu a Informação de nº. 2, também do Ministério da Aeronáutica – CISA – III COMAR, sobre a evolução do governo de Leonel Brizola, no período de março a julho de 1983. Na referida informação, o analista concluía que o governo de Brizola tinha, até aquele momento, “fraco desempenho” em virtude dos compromissos eleitorais que assumiu, o que fez com que ele nomeasse antigos amigos e correligionários, em maioria envolvidos “com organizações subversivas (particularmente do PCB – Ala Prestes)”, em nada preparados para a responsabilidade com as questões da administração pública.

Os principais problemas do Estado e, sobretudo, da cidade do Rio de Janeiro foram assim descritos: “alto índice de criminalidade, fracasso da política penitenciária implantada, problema do menor abandonado, a proliferação de população favelada e desemprego”, questões que “difícilmente Brizola conseguirá enfrentar”, lamentava o agente no documento.

Ainda segundo a informação, Brizola estava se comportando “politicamente” de forma controlada nos discursos, embora tenha tomado decisões que o agente

⁷ Por exemplo, os exercícios identificados pelo código “TI-G-09-101”, “TI-B-07-21”, “TG-G-07.202”. TI corresponde a teste de inteligência e TG a trabalho em grupo. Outros cursos tinham ainda FO – Ficha de Orientação para estudo em casa.

considerava de “caráter demagógico”, tais como “isenção de cobrança de passagem para escolares uniformizados”, “cessão de um prédio para a instalação da UNE – União Nacional dos Estudantes, unidade não reconhecida oficialmente”, “autorização para estacionamento de táxis em vias de grande trânsito e outras facilidades a essa classe que apoiou sua candidatura”. O documento terminava contando o que considerava mais uma esperteza do governador, homem capaz de usar as armas que pudesse para permanecer no poder: “recentemente, o Governador Brizola reduziu em 3% o aumento concedido às empresas concessionárias de transportes públicos. A justiça revogou seu Ato, mas o objetivo demagógico do Governador foi alcançado” (ANRJ, Informe 062 do Ministério da Aeronáutica, p. 2).

A Informação sobre o governo do Rio de Janeiro foi difundida para: CISA/RJ, GAP/AF/RJ, PREFAER/AF/GL, 3º. ETA/RJ, BAAF, BASC, ECEMAR, DIR-MAB, DIRMA, DIRAP, DIRENG, DIRENS, DEPV, DEPAC, COMTA, CIGAR, BAGL, HAAF, GUGL, V FATA, PIPAR, PAMA/AF-CL-LS, DIRINT, PAME, PAMB, FAT II, DCI, EPCAR, 1º. ECA, PARASAR, SRPV RJ, LQFA, HFAG, CIEAR, DIRSA, DARJ, CENDOC, CEMAL (ANRJ, Informe 782 do Ministério da Aeronáutica, p. 6).

Era natural que os oficiais de informação e mesmo os de segurança se dedicassem a vigiar Leonel Brizola; afinal, ele teve seus direitos políticos cassados por dez anos, esteve no exílio, voltou para o Brasil com a Anistia e foi eleito governador do Rio de Janeiro.

Mesmo sendo evidente a necessidade de avaliar o impacto que o governo de Brizola teria para a oposição aos governos militares, produzir informação sobre o governador do Rio de Janeiro não era a mesma coisa que fazê-lo para estudantes pretensamente membros do MR-8; afinal, tratava-se de um governador de Estado. Não devemos esquecer que, nos dois exemplos, as informações são do ano de 1983 (editadas para o segundo caso e reeditadas para o primeiro) e, nesse período, já era realidade a crise de legitimidade do governo e a abertura política. O carimbo de confidencial em todas as páginas de ambas as informações foi reforçado por outro com os seguintes dizeres: “O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento, o qual não pode constituir peça de processo” (ANRJ, Informe 082 do Ministério da Aeronáutica, p. 2, grifos do original).

Terminada a produção e difusão da informação, restava arquivar o material, atividade para a qual a EsNI também preparou Cursos. Esses tratavam de arquivos, fichas e catálogos, microfilmagem, tipos de organização e segurança na guarda de documentos confidenciais. As tarefas de quem se dedicava ao arquivamento das infor-

mações e materiais utilizados na sua produção (diferentes informes) estavam pensadas em cinco fases: registrar, classificar, ordenar, arquivar e recuperar (quando o cliente volta a precisar daquele registro). Ora, como os informes eram trocados entre as várias agências de informação e inteligência brasileiras e utilizados na produção de informações diferentes, é evidente a constatação de que muitos documentos foram guardados por diferentes instituições e podem ser encontrados em vários arquivos.

Considerações finais

Considerável rede de militares dedicou-se à formação dos agentes de coleta, processamento, julgamento e difusão de informação no Brasil. Eles produziram materiais didáticos variados e se responsabilizaram por cursos que reuniam considerações sobre História, Psicologia, Sociologia e Comunicação. Sempre marcados por certa ideologia política e pela lógica da suspeição, o conhecimento que construíram resultou em simplificações teóricas, análises políticas equivocadas, erros históricos, enfim, em uma construção artificial que acabou cumprindo o papel de formalizar investigações que pouco se beneficiavam das técnicas desenvolvidas. No final, a comunidade de informações acabou conseguindo determinada independência dentro da burocracia governamental e, por propor soluções simples e mais facilmente compreendidas, constituiu-se importante instrumento da dominação castrense.

Fonte

- ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. *Serviço Nacional de Informações* – Departamento de Administração – Nota de Serviço 2 – “Estágio do Pessoal dos Ministérios”. Transporte, Educação e Cultura, Comunicações (Medidas Administrativas).
- ANRJ. Criação do Serviço Nacional de Informações e seus órgãos – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código V.8.txt. AGR.NRE.73, 132 p.
- ANRJ. Instruções da EsNI – Planejamento – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código LGS.5, 145 p.
- ANRJ. Instruções da EsNI – Processamento de Informes – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código LGS.5, 145 p.
- ANRJ. Nota de Serviço 2 do Serviço Nacional de Informações – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código LGS.5, 145 p.
- ANRJ. Informe 062/83-1/A2 – III Comar do Ministério da Aeronáutica do Serviço Nacional de Informações – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código VAZ.79.19, 6 p.
- ANRJ. Informe 082/83-1/A2 – III Comar do Ministério da Aeronáutica do Serviço Nacional de Informações – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código VAZ.79.19, 6 p.
- ANRJ. Informe 782/83-1/A2 – III Comar do Ministério da Aeronáutica do Serviço Nacional de Informações – Escola Nacional de Informações. Compilado sob o código VAZ.79.19, 6 p.
- BRASIL. Decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. Da organi-

zação ao Conselho da Defesa Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 3780, de 12 de julho de 1960. Dispõe sobre a classificação de cargos do serviço civil do poder executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128693/lei-3780-60>. Acesso em: 02 set. 2021 publicado no D.O.U. de 12.7.1960 e retificado no D.O.U. de 18/7.1960.

BRASIL. Decreto 55.194 de 10 de dezembro de 1964. Aprova regulamento do Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55194-10-dezembro-1964-395529-publicacaooriginal-49663-pe.html>. Acesso em: 02 set. 2021.

Referências

- ABREU, A.; CHAVES, L. G. B. 2000. Verbete Escola Superior de Guerra. In: A. A. ABREU (coord.), *Dicionário histórico-bibliográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, vol. II, p. 2018-2020.
- BARROS, Alexandre; CHAVES, Luís Guilherme Bacelar. *Verbetes: Escola Superior de Guerra*. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico brasileiro pós-1930*. Vol.II. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p.2019.
- BORGES, N. 2004. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: J. FERREIRA; A. A. N. DELGADO (org.), *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 13-42. (Col. O Brasil Republicano, 4).
- CAMPANHOLE, H. L. 2000. *Constituições do Brasil*. 14ª ed. São Paulo, Atlas, 864 p.
- COMBLIN, P.J. 1978. *A Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 251 p.
- FICO, C. 2001. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 288 p.
- FIGUEIREDO, L. 2005. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro, Record, 591 p.
- GONÇALVES, J. B. 2008. *Sed quis custodiet Ipsos Custodes? O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá*. Brasília, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 837 p.
- MAGALHÃES, M. D. B. 1997. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, 17(34):1-8.
- MOTTA, F. C. P. 2000. *O que é burocracia*. São Paulo, Brasiliense, 112 p.
- OLIVEIRA, E. R. 1994. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas, Papirus, 352 p.
- SAVIANI, D. 2010. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Campinas, Autores Associados, 474 p.
- TRAGTENBERG, M. 2006. *Burocracia e ideologia*. São Paulo, Unesp, 282 p.
- WEBER, M. 1974. *Ensaio de Sociologia*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 530 p.

Submetido em: 16/09/2021

Aceito em: 02/04/2022